

Método Comparativo em Ciência Política[†]

Hugo Ferrinho Lopes 

Lea Heyne 

April 05, 2023

*Forthcoming in “Manual de Métodos de Investigação em Ciência Política”, edited by
Susana Rogeiro Nina, Pedro Silveira, Liliana Reis, and João Terrenas*

1 A importância da comparação

A comparação é inerente à natureza humana. Quantas vezes recorre a expressões como ‘melhor’ ou ‘pior’, ‘maior’ ou ‘menor’ e ‘diferente’ ou ‘igual’? Consciente ou inconscientemente, ao fazer uso de tais expressões, o leitor está a fazer uma *comparação*. Imagine que é estudante. Quando analisa a sua performance numa determinada disciplina, pode ter como objetivo ser o ‘melhor’ aluno da turma nessa unidade curricular. Por detrás desta apreciação está subjacente uma ideia comparativa do contexto social em que está inserido: quer obter uma classificação ‘superior’ à dos seus colegas.

Se a comparação é inerente à natureza humana, também a investigação social é iminentemente comparativa. Tal acontece, quer numa perspetiva diacrónica, quer sincrónica: ou seja, quer em estudos de base longitudinal (ao longo do tempo), quer de

[†]Hugo Ferrinho Lopes reconhece o financiamento da bolsa de doutoramento FCT com a referência 2020.07270.BD.

base transversal (*cross-sectional*, compreendendo um período temporal não contínuo, tal como o estudo de umas eleições em particular). Seja entre casos (ex.: países) ou variáveis (ex.: tipo de sistema eleitoral), o objetivo é procurar uma variação (alteração ou diferenciação de valores nos resultados) que permita uma comparação (Ragin, 2014, 1). Por exemplo, um estudo sobre as atitudes políticas dos jovens que não os compare com as restantes faixas etárias teria limitações. Imagine-se que os resultados de um inquérito revelam que a maioria dos jovens apoia a aplicação de medidas mais restritivas para promover a transparência na administração pública, mas que, ao mesmo tempo, é permissiva à ‘pequena corrupção’ (compadrio e favorecimento pessoal). Esta contradição daria um eventual título de peça jornalística, mas não fornece generalizações científicas conclusivas porque não sabemos se o resto da população tem uma atitude diferente. As restantes faixas etárias podem, até, ser mais permissivas a estas ações do que as novas gerações.

As considerações sobre a inevitabilidade da comparação em ciência política levantaram questões sobre o método comparativo como método autónomo (ex.: Lasswell, 1968; Smelser, 1976). Dizer que existe uma ciência (política) que, por sua vez, faz uso de um método ‘comparativo’ implicaria, nesta perspetiva, que alguma investigação não fosse comparativa. Portanto, dizer que o método comparativo não é um método é o mesmo que dizer que é o método científico: toda a ciência é ‘inevitavelmente comparativa’ (Lasswell, 1968, 3).

Lijphart contraria esta tese. No seu artigo seminal, publicado na *American Political Science Review*, em 1971, argumenta que este o método comparativo não é o método científico, mas sim um dos principais métodos de investigação em politologia – a par do estatístico, experimental e estudo de caso. Sartori concorda com esta tese, argumentando que o método comparativo é um método – quase certamente o melhor – de *controlo* (Sartori, 1970). Controlo da validade das hipóteses, das generalizações e dos

mecanismos causais. Neste sentido, a comparação carrega um rótulo metodológico em vez de substantivo: estipula o *como*, mas não o *quê* (Lijphart, 1971, 682). Em vez de estabelecer o objeto de estudo, é uma *forma* de ligar ideias sobre a sociedade e a política (teoria) com aquilo que acontece no mundo em que vivemos (factos empiricamente comprováveis) (Pennings, Keman, e Kleinnijenhuis, 2006, 5-6). Noutras palavras, o método comparativo é uma forma de analisar o mundo, mais do que um modo de pensar sobre que parte do mundo queremos compreender.

Neste capítulo, descrevemos o que é o método comparativo e como se aplica. A próxima secção define o método e sumariza a sua evolução histórica. De seguida, explica-se em que medida este tem um “estatuto intermédio” no seio dos principais métodos em ciência política, avaliando as suas principais vantagens e desvantagens. A quarta secção procura dar pistas para contornar essas desvantagens e a quinta discorre sobre os tipos de método comparativo, indicando como escolher o desenho a utilizar. Por fim, examinamos uma das principais inovações metodológicas nesta matéria: a análise qualitativa comparada.

2 Definição e evolução do método comparativo

O método comparativo é uma ferramenta central da ciência política. Lijphart considera-o, primeiramente, como *um* dos métodos basilares para estabelecer proposições empíricas gerais e descobrir relações empíricas entre variáveis (1971, 683). Contudo, esta definição foi alvo de críticas (ex. Meckstroth, 1975). Por um lado, pela ambiguidade: não o define concretamente. Por outro lado, pela falta de clareza: define o método mais pela negativa (o que *não é*, distinguindo-o dos restantes métodos) do que pela positiva (o que é, para lá de um método de estabelecimento de proposições empíricas gerais e de descoberta de relações entre variáveis). Quatro anos depois, Lijphart reconhece a

validade destas críticas e, num artigo da *Comparative Political Studies*, propõe uma (re)definição mais objetiva do método comparativo, segundo a qual este é “um método de testar relações empíricas hipotetizadas entre variáveis com base na mesma lógica que guia o método estatístico, mas em que os casos são selecionados de forma a maximizar a variância das variáveis independentes e a minimizar a variância das variáveis de controlo” (1975, 164).¹

A característica diferenciadora do método comparativo é ser um método que testa um número elevado de variáveis num pequeno número de casos (*many variables, small N*). O número de variáveis é elevado para permitir o *controlo*, ou seja, garantir que se tem em conta o máximo de diferenças contextuais possível. O número de casos é usualmente baixo – costuma variar entre 2 e 10, ainda que não exista uma ‘linha de corte’ –, porque, como veremos adiante, é praticamente impossível países, sistemas políticos ou instituições políticas (que são os casos mais frequentes, embora permita o estudo de outros tipos de unidades) cujas características sejam *muito semelhantes* entre si.

O método comparativo pode ser usado com diferentes tipos de dados (ainda que a pesquisa ao nível dos sistemas políticos seja maioritariamente com dados quantitativos).² A sua génese reside na Grécia Antiga. Aristóteles ofereceu-nos o primeiro estudo comparativo de diferentes tipos de regimes políticos. Mais tarde, o *Sistema da Lógica* (2012 [1843]) de John Stuart Mill sistematizou os critérios do método comparativo para determinar as causas dos fenómenos políticos, tanto que lhe valeu o batismo de ‘método de Mill’. No entanto, os estudos comparativos proliferaram, sobretudo, na segunda metade do século XX. Foi a partir do pós-segunda Guerra Mundial – com o advento da globalização e o surgimento das primeiras análises dos modelos de interdependência

¹Esta segunda, e mais consensual, definição de Lijphart corresponde ao most similar systems design de Przeworski e Teune (1970), que desenvolvemos na quarta secção.

²Uma das exceções é o estudo de Huntington (1996) sobre o choque das civilizações.

global e das tensões entre os blocos comunista e não-comunista – que a comparação passa a estar presente em praticamente todas as investigações em ciência política (Laswell, 1968, 3; Caramani, 2020, 5). O período até ao final dos anos 60 e início dos anos 70 foi mesmo considerado como a ‘era dourada’ do método comparativo (Dalton, 1991).

3 O estatuto intermédio do método comparativo

Para explicar a sua utilidade, a maioria dos trabalhos contrasta o método comparativo com o experimental e o estatístico, mas também, embora em menor grau, com o estudo de caso (ex. Lijphart, 1971; D. Collier, 1993). Nesta secção, fazemo-lo, ainda que apenas de modo instrumental, a fim de explicar os benefícios e os constrangimentos do método comparativo.³ A Tabela 1 compara as características dos quatro principais métodos de investigação em ciência política – experimental, estatístico, comparativo e estudo de caso – ao nível da validade interna, validade externa,⁴ versatilidade (capacidade de ser aplicado a diferentes tipos de perguntas de investigação)⁵ e necessidade de recursos financeiros e temporais.

Em geral, os objetivos dos quatro métodos são os mesmos: (1) estabelecer relações de causalidade entre variáveis (independentes e dependentes); (2) controlar o efeito dessas relações ao incluir outras explicações alternativas (variáveis de controlo); e (3) tentar que a relação estabelecida se mantenha inalterada mesmo se incluídas novas e

³Detalhes sobre os outros três métodos estão disponíveis nos respetivos capítulos de João Cancela (estatístico), José Santana Pereira, Paulo Cruz e Tiago Brás (experimental) e Patrícia Silva (estudo de caso) nesta obra.

⁴A validade interna diz respeito ao grau em que as medições utilizadas numa determinada questão de investigação são apropriadas ou não, ou seja, se são corretamente operacionalizadas de acordo com o conceito teórico (Pennings et al., 2006, 6-7). A validade externa pressupõe que os conceitos utilizados na investigação, e os resultados, se aplicam, não apenas aos casos em análise, mas a todos os casos similares (comparáveis ao longo do espaço e tempo) que satisfaçam as condições da pergunta e do desenho de investigação (Pennings et al., 2006, 6-7). Em síntese, validade interna é a capacidade de uma relação de causalidade não ser afetada por outras variáveis, e validade externa a medida em que os resultados podem ser generalizados para outros contextos, produzindo os mesmos resultados.

⁵Tradução nossa para *travel*, uma vez que consideramos representar melhor o conceito que ‘viajar’.

Tabela 1: Comparação das vantagens e desvantagens dos métodos da ciência política

	Validade interna	Validade externa	Versatilidade	Recursos necessários
Comparativo	Média	Média	Alta	Baixos
Experimental	Alta	Baixa	Baixa	Altos
Estatístico	Média	Alta	Alta	Altos
Estudo de caso	Baixa	Baixa	Baixa	Médios

Fonte: elaboração própria.

diferentes variáveis (explicações rivais) (ver Lijphart, 1971, 1975; D. Collier, 1993). Não obstante, esses objetivos específicos são muito difíceis de generalizar a todos os métodos (basta pensar no estudo de caso ou no método etnográfico). A principal diferença do método comparativo é analisar um número de casos tão pequeno que impossibilita a utilização do método estatístico (que precisa de amostras grandes). Por exemplo, se estudarmos o apoio à democracia em países europeus com um passado fascista seria impossível utilizar ferramentas estatísticas porque os casos possíveis são poucos. Por sua vez, o método experimental é o mais apropriado para estabelecer inferências causais, pela sua capacidade de eliminar explicações rivais através da separação do grupo de controlo. No entanto, é-lhe impossível cobrir muitos temas (por exemplo, sistemas políticos) e enfrenta a dificuldade de recolher informação adequada sobre um número suficiente de casos devido à escassez de tempo e recursos. Já o estudo de caso permite avaliar intensivamente um ou mais casos, mesmo com recursos limitados (tal como a Alemanha, seguindo o exemplo acima). Porém, os seus problemas em generalizar e validar resultados fazem com que contribua menos para a formulação de teorias que estudos comparativos (ou seja, as suas descobertas na Alemanha podem não ser válidas em Itália ou noutro país com um legado fascista por razões específicas do contexto alemão que não são controladas pela ausência de comparação com mais casos).

Aqui reside a utilidade do método comparativo: tem um estatuto intermédio. Apesar de providenciar uma base mais fraca que o método experimental ou estatístico

na validação de hipóteses, é superior à do estudo de caso. Se bem executado, permite ao investigador obter, simultaneamente, validade interna e externa com poucos recursos financeiros e pode ser aplicado a praticamente todas as perguntas de investigação. A sua maior vantagem é o controlo sobre explicações conflitantes (Sartori, 1970), que permite contribuir para a formulação ou revisão de teorias (Sartori, 1991) e generalizações *parciais*, ou seja, determinar as barreiras da generalização dos resultados (Lijphart, 1975). A título de exemplo, uma generalização parcial seriam os resultados de investigação sobre o apoio à democracia em países ricos com sistemas de governo parlamentares, que podem não ser válidos em países subdesenvolvidos com sistemas de governo presidencialistas.

O poder da análise e da formação de conceitos é afinado por contrastar as *similaridades* e as *diferenças* entre casos (D. Collier, 1993, 105-106). Ademais, possibilita a combinação de variáveis em situações onde o número de casos relevantes é muito pequeno para aplicar ferramentas estatísticas, o estudo de irregularidades (*outliers*) como casos relevantes para a obtenção de inferências e força uma compreensão aprofundada do objeto de estudo (van der Heijden, 2014, 36). Em síntese, é adequado quando os fenómenos políticos em análise têm características que não permitem a utilização do método experimental e estatístico: quando a análise intensiva de um pequeno número de casos pode compensar os constrangimentos derivados da inevitável escassez de tempo, energia e recursos financeiros que os outros dois métodos implicam (Lijphart, 1971; 1975, 685; D. Collier, 1993).

No entanto, o método comparativo também tem desvantagens. A primeira, e principal, é testar muitas variáveis com um pequeno número de casos, um problema apelidado de *many variables, small N* (Lijphart, 1971).⁶ Daqui sobressaem três constrangimentos. Primeiro, há risco de *sobredeterminação*: ter muitas variáveis (*many variables*) para ex-

⁶Este problema também é abordado no capítulo de Patrícia Silva, sobre o estudo de caso.

plicar um fenómeno, sem forma de decidir qual é a mais válida, ou seja, a que mais contribui para o efeito. Isto é fácil de contornar se os casos forem *muito* semelhantes, mas, na prática, o número limitado de casos existentes torna praticamente impossível encontrar casos nos quais todas as características contextuais sejam iguais entre si (Przeworski e Teune, 1970, 34). Por exemplo, uma investigação sobre apoio à democracia em países ricos, com um passado de regime fascista e que tenham, após a democracia, transitado para sistemas de governo semipresidencialista. Sendo muito poucos, tal estudo terá dificuldade em garantir que todas as restantes variáveis são iguais entre si, por exemplo, se a transição para a democracia foi pactada, através de uma revolução ou se “partidos sucessores” dos anteriores partidos autocráticos tiveram acesso ao poder após a queda do regime. Segundo, por ter amostras pequenas (*small N*), pode também ter mais explicações rivais para testar (*many variables*) do que os casos observados *y* (D. Collier, 1993, 105). Pense-se no exemplo anterior. Estatisticamente, isto dificulta a obtenção de robustez face aos controlos, ou seja, a capacidade de a relação identificada se manter inalterada quando adicionadas novas variáveis. Deste ponto de vista, limita a capacidade de se afirmar, com certeza, que é efetivamente *x* que causa *y*.

Em geral, o problema *many variables, small N* coloca uma preocupação adicional na escolha dos casos: sendo poucos, qualquer enviesamento pode afetar os resultados obtidos (ver Geddes, 1990). Por esta razão, tem havido uma proliferação de estudos que têm tentado aumentar a amostra e, por isso, adicionam casos que não preenchem os requisitos da comparação (Sartori, 1991) e aplicam o método de uma forma que não é sistemática e rigorosa (Pennings et al., 2006, 4). Por exemplo, Przeworski et al. (2000) investigaram quando nascem as democracias, quando acabam e quanto melhoram a vida dos cidadãos. Dispondo, à altura, de apenas cerca de 20 a 30 democracias plenamente consolidadas, seria impraticável a utilização do método estatístico. Então, os autores alargaram o conceito de democracia para estudar 108 países e utilizar ferra-

mentas estatísticas (ver Pasquino, 2005). No entanto, dado não serem democracias que cumprem os critérios da similaridade ou da diferença coloca em causa a fiabilidade dos dados e afeta, quer a validade interna, quer a externa (Pennings et al., 2006, 61).

O exemplo retrata como o aumento do número de casos pode levar a um ‘estiramento’ de conceitos (*concept stretching*), um termo cunhado por Sartori (1970) para representar uma distorção que acontece quando um conceito adequado a um grupo de casos é estendido a outros casos aos quais não se aplica da mesma forma. Com o passar do tempo, o conceito de democracia foi, por vezes, alargado para incluir um grupo de países que não preenchem os critérios, como ‘democracias iliberais’ ou regimes ‘híbridos’.

Existem outros riscos associados ao uso do método comparativo. Pennings e Keman (2014, 61-65) sintetizam os seguintes. Primeiro, o chamado *problema de Galton*, ou seja, quando as diferenças ou similaridades observadas podem ser causadas por fatores exógenos que são comuns a todos os casos selecionados para a comparação (ver Lijphart, 1975). Por exemplo, Portugal, Itália, Alemanha e Espanha têm as suas fronteiras abertas porque são quatro Estados-Membros da União Europeia (fator exógeno), mas também são dos países com mais discursos sobre “fascismo” no seu parlamento porque tiveram um regime autoritário de direita (fator endógeno). Segundo, *falácias individuais* (interpretar os dados medidos ao nível individual como se representassem ‘o todo’) ou *ecológicas* (quando os dados medidos ao nível agregado são utilizados para fazer inferências ao nível individual). Por exemplo, tirar conclusões sobre as posições políticas de um partido político com base em dados de um ou alguns militantes, levando a um entendimento impreciso das posições políticas gerais do partido, bem como a uma falha em reconhecer a sua diversidade de opiniões e experiências (falácia individual); ou assumir um determinado militante de um partido é contra a legalização da eutanásia apenas porque a larga maioria do partido votou contra esta política pública (falácia ecológica). Terceiro, *enviesamento da seleção* (*selection bias*), uma vez

que, quando os casos são homogéneos, os erros na escolha dos indivíduos ou grupos em estudo podem passar despercebidos (ver King, Keohane, e Verba, 1994). Por exemplo, uma investigação sobre apoio à democracia em sistemas de governo parlamentares poderá ter problemas se o seu sistema partidário for muito diferente (bipartidário ou multipartidário).⁷

4 Como resolver os problemas da comparação

A literatura aponta três soluções para mitigar o problema *many variables, small N*. Primeiro, aumentar o número de casos tanto quando possível, através de um alargamento da investigação, tanto histórica, como geograficamente (Lijphart, 1971). Ou seja, alargar o número de anos e de casos em análise (ex.: em vez de se analisar a formação de um governo em Portugal e de um governo em Espanha, analisar mais governos desses países e, se possível, também de outros países). Segundo, uma seleção cuidadosa dos casos através daqueles que são muito semelhantes ou muito diferentes entre si (Przeworski e Teune, 1970). Não faz sentido comparar a participação política em países ricos com sistemas de governo parlamentares e países subdesenvolvidos com sistemas de governo presidencialistas e esperar os mesmos resultados se não partilham nenhuma característica (desenvolvemos esta matéria em detalhe na próxima secção). Terceiro, reduzir o número de variáveis e restringir a análise às principais variáveis, omitindo as de importância marginal (Lijphart, 1971, 1975; D. Collier, 1993). Pode-se reduzir o número de variáveis combinando indicadores. Por exemplo, os indicadores que expressam a frequência com que os inquiridos ‘assinam uma petição’, ‘participam numa manifestação’, ‘votam’ e ‘contactam um político’ podem eventualmente ser agregadas numa variável única que representaria o grau de ‘participação política’ desses respondentes.

⁷Não desenvolvemos mais estes constrangimentos porque são comuns a outros métodos, como o estatístico (ver o capítulo de João Cancela).

Para não incorrer em alongamento de conceitos quando se tenta aplicar estas soluções, Sartori (1970), sugere uma ‘escada de abstração’ (*ladder of abstraction*), ilustrada na Tabela 2. Nesta escada, os conceitos que são definidos por muitas propriedades (e que por isso têm um alcance mais limitado de aplicações) situam-se no fundo da escada. Conceitos que são definidos por poucas propriedades (que são muito abstratos e têm um âmbito muito vasto de aplicações) estão localizados no topo da escada. Peter Mair resumiu esta teoria com a ilustração de um balão de ar quente: “se queres ser mais alto, e, portanto, ter uma visão da paisagem, precisas de um cesto mais leve – em termos conceituais, deitas fora certas propriedades e tornas-te mais abstrato. Se quiseses ser mais baixo, e olhar mais de perto para algo no solo, precisas de um cesto mais pesado e, por implicação, tem mais propriedades” (2014, 186 e ss.). Explicamos de seguida.

Para ilustrar isto, pense-se numa das concetualizações (definição de algo) mais comuns em ciência política: partidos políticos. Que é um partido político? No nível mais elevado da escada de Sartori (na sua forma mais abstrata), podemos definir um partido político de forma minimalista, como “qualquer grupo político que se apresenta nas eleições, e é capaz de colocar através de eleições candidatos para a função pública” (Sartori, 2005, 63). Esta definição básica englobaria qualquer tipo de partido, seja em democracias, sem em autocracias. Serve principalmente para distinguir partidos políticos de outras organizações políticas, tais como grupos de interesse, sendo, portanto, útil para teorias globais, mas não permite distinguir (comparar) partidos com base no seu modelo de organização ou ideologia. No nível intermédio, encontram-se definições de tipos de partidos mais específicos: isto é, o partido catch-all, um partido político interclassista, sem uma ideologia restrita e que permite ou até encoraja um amplo espectro de opiniões entre os seus membros com vista a captar o maior número de votos possível. Muitos partidos dos séculos XX e XXI nas democracias ocidentais enquadram-se nesta definição (por exemplo, o PS e o PSD em Portugal). Todavia, tem uma aplicação

limitada: é utilizado principalmente como um contraste com outros tipos de partidos dentro das democracias desenvolvidas, que defendem uma ideologia determinada, e procuram eleitores que aderem a essa ideologia (por exemplo, os partidos de massas, como o PCP). Por último, no nível mais específico, podíamos olhar para os partidos satíricos – um partido político que foi criado com o único objetivo de entretenimento ou sátira política. Existem apenas alguns exemplos de partidos satíricos relevantes, como o *Die Partei* (que se traduz, literalmente, como “o partido”) na Alemanha ou *Two Tailed Dog Party* da Hungria. Este é um conceito fortemente especificado com uma aplicação muito limitada, ou seja, que não permite comparar muitos casos.

A lição importante aqui é a seguinte: a escada de abstração mostra que existe um compromisso entre o número de casos a investigar (extensão) e o número de propriedades ou atributos pertencentes a cada caso (intenção): não podemos maximizar ambos ao mesmo tempo. Segundo Sartori, é quando nos afastamos dos extremos – portanto, quando trabalhamos nas camadas médias – que encontramos os conceitos mais interessantes, quer do ponto de vista empírico, quer teórico. Quando os conceitos têm ambos uma extensão e uma intenção média e são versáteis (podem ‘viajar’ através de um alcance razoavelmente amplo de casos), a construção de teorias e análises sociais atinge o seu “ponto mais interessante e desafiante” (Mair, 2014, 188). Recuperando o exemplo anterior, seria comparando partidos com base no seu modelo de organização (*catch-all*, massas, etc.) ou, até, com base na sua ideologia, distinguindo por família política (comunistas, socialistas, liberais, conservadores, etc.).

Assim, a fim de equilibrar os potenciais problemas do método comparativo, devemos ter atenção para não nos perdermos em comparações demasiado abstratas com apenas uma definição mínima e uma extensão máxima. Utilizando a definição minimalista de um partido político de (Sartori, 2005), podemos aplicá-la a muitos contextos diferentes, mas não serve para qualquer comparação significativa, apenas para uma ampla deli-

mitação do âmbito da investigação em termos teóricos (“estudar partidos políticos”). Devemos também evitar o fundo da escada, onde a intensão é máxima e a extensão limitada. Ao estudar um conceito muito específico como os partidos satíricos, há muito poucos casos empíricos para permitir uma comparação significativa, e acabaremos com uma análise puramente teórica ou muito descritiva de casos marginais, que não permitem generalizar os resultados a outros contextos.

Tabela 2: A ‘escada de abstração’ de Sartori

Níveis de abstração	Âmbito e objetivo comparativo principal	Características lógicas do conceito
<i>Categorias de nível alto:</i> Concetualizações universais	<i>Teoria global:</i> Comparações entre regiões e contextos heterogêneos	Extensão máxima e intensão mínima
<i>Categorias de nível médio:</i> Concetualizações gerais e taxonomias	<i>Teoria de alcance médio:</i> Comparações intrarregionais e entre contextos relativamente homogêneos	Extensão e intensão em equilíbrio
<i>Categorias de baixo nível:</i> Concetualizações configurativas	<i>Teoria de alcance estreito:</i> Análise país por país	Extensão mínima e intensão máxima

Fonte: adaptado de Sartori (1970: 1044) e Mair (2014: 184).

Portanto, para fazer uso do método comparativo, os politólogos precisam de ser muito objetivos sobre as condições de alcance e âmbito do seu estudo: aos contextos aos quais as suas descobertas se aplicam e aos requisitos que precisam ser preenchidos para que as suas descobertas sejam válidas noutros contextos. Recorrendo ao exemplo anterior, uma investigação sobre apoio à democracia em países ricos com sistemas de governo parlamentares terá resultados que podem não ser válidos em países subdesenvolvidos com sistemas de governo presidencialistas. Como John Gerring observou: “os desenhos de investigação enfrentam invariavelmente uma escolha entre saber mais sobre menos e saber menos sobre mais” (2007, 348). A próxima secção explica como escolher os casos a comparar e como aplicar o método.

5 Aplicação da comparação

Sartori (1991) falava em ‘comparar maçãs e peras’ para ilustrar que precisamos de ter cuidado com o que comparamos. No entanto, também salienta que, embora em termos de forma, não possamos comparar as duas, em alguns aspetos, as maçãs e as peras podem efetivamente ser comparadas: ambas são frutos, ambas são comestíveis e ambas crescem de árvores. O ponto geral é, portanto, a necessidade de responder à seguinte questão quando decidimos o que comparar: “comparável relativamente a que propriedades ou características, e incomparável (ou seja, demasiado diferente) relativamente a que outras propriedades ou características” (1991, 246)? Por conseguinte, comparar significa encontrar tanto as semelhanças como as disparidades nas entidades que comparamos: se as entidades partilham apenas semelhanças, elas são as mesmas, e comparar não faz sentido. Se partilham apenas dissemelhanças, a sua comparação também não faz sentido. Por isso, devemos proceder a comparações entre entidades cujos atributos são em parte partilhados (semelhantes), e em parte não partilhados (dissemelhantes).

5.1 Métodos dos sistemas mais similares e diferentes

John Stuart Mill (2012 [1843]) distinguiu entre o método das diferenças (*method of differences*) e o método da concordância (*method of agreement*).⁸ Baseando-se nesse trabalho, Przeworski e Teune (1970) propõem dois tipos de desenho comparativo: o *most similar systems design* (MSSD) e o *most different systems design* (MDSD). Esta

⁸O método das diferenças serve quando duas ou mais instâncias de um evento (efeito) são comparáveis para se procurar o que têm em comum (a causa), ou seja, foca-se em comparar casos que diferem no que respeita à variável independente (x) ou à variável dependente (y), mas não diferem entre as características dos casos comparáveis (controles). Desta forma, a variância entre x e y é crucial sob o controlo de que o restante contexto permanece constante Pennings e Keman (2014, 59). O método da concordância é, segundo Mill, utilizado quando duas ou mais instâncias de um evento (efeito) são comparáveis para se observar o que não têm todas em comum, ou seja, consiste em comparar casos por forma a encontrar as relações entre x e y que se mantêm *similares* apesar das diferenças em outras propriedades dos casos comparados. Por conseguinte, outras variáveis podem ser diferentes entre os casos, exceto para as relações de causa-efeito estabelecidas Pennings e Keman (2014, 59).

secção explica em que consistem e oferece exemplos para facilitar a interpretação.

No MSSD, os casos partilham o maior número de propriedades comuns entre si, mas diferem na(s) propriedade(s) de interesse – aquela ou aquelas variáveis que deverão, segundo a expectativa teórica, explicar as diferenças no resultado obtido. Neste sentido, quanto mais similares os casos, maior a possibilidade de se isolarem as variáveis explicativas (Sartori, 1991; Bartolini, 1993).

A Tabela 3 simplifica os critérios de aplicação do MSSD. Neste exemplo fictício, estudar-se-iam quatro países com um conjunto de características similares. Os quatro têm sistemas de governo parlamentares, sistemas de partidos tendencialmente bipartidários e economias desenvolvidas (propriedades comuns). Procura-se saber o que levou o país C a ter participação eleitoral (taxa de afluência às urnas numa determinada eleição) substancialmente menor que os restantes (30%, ao passo que nos outros três países foi entre 70 e 80%). Noutras palavras, por que razão a taxa de abstenção é mais elevada no país C. Se olharmos apenas para o sistema de governo, o sistema partidário ou o grau de desenvolvimento económico de cada país, constatamos que nenhuma destas variáveis explica as diferenças significativas na variável dependente (participação eleitoral). Contudo, o investigador pode descobrir, por exemplo, que nos países A, B e D estava um clima de sol e calor no dia das eleições, ao passo que no país C estava chuva e frio. Podem, neste caso hipotético, as condições climatéricas estar associadas à participação eleitoral: o dia chuvoso terá levado uma parte significativa do eleitorado a ficar em casa no dia das eleições, ou seja, a não sair para votar.

Naturalmente, o MSSD pode ser aplicado em investigações mais complexas e dentro do mesmo país. Num artigo recente, José Santana Pereira, Hugo Ferrinho Lopes e Susana Rogeiro Nina (2023) recorrem ao MSSD para perceber em que medida a crise pandémica levou a alterações significativas nos modelos de campanha eleitoral em Portugal. A sua expectativa é que a pandemia (a variável/propriedade de interesse) tenha

Tabela 3: Exemplo (fictício) de aplicação do MSSD

País	Sistema de governo	Sistema partidário	Economia	Clima no dia das eleições	Participação eleitoral (VD)
A	Parlamentar	Bipartidário	Desenvolvida	Sol	70%
B	Parlamentar	Bipartidário	Desenvolvida	Sol	80%
C	Parlamentar	Bipartidário	Desenvolvida	Chuva	30%
D	Parlamentar	Bipartidário	Desenvolvida	Sol	75%

Nota: VD = variável dependente.

Fonte: elaboração própria com base em van der Heijden (2014).

levado os candidatos a apostar mais na profissionalização e digitalização das suas campanhas. Para tal, comparam as campanhas às eleições presidenciais de 2021 com as eleições imediatamente precedentes (2016). Estas duas eleições são muito similares. Primeiro, pelo número elevado de candidatos ‘repetentes’ (as mesmas pessoas que se candidataram, tanto em 2016, como em 2021). Segundo, pelo grau de competitividade: ambas as eleições tinham um vencedor antecipado (Marcelo Rebelo de Sousa), com mais de 50% das intenções de voto nas sondagens pré-eleitorais. Terceiro, em termos de calendário: ambas se realizaram no dia 24 de janeiro do seu respetivo ano e, sensivelmente, no mesmo ponto do ciclo eleitoral de primeira ordem (após o ‘fim do estado de graça’ do governo em funções). Qual a variável distintiva? A pandemia: a campanha para as eleições de 2021 decorreu durante a terceira e, até então, maior vaga de infeções e mortes por COVID-19, levando à declaração de confinamento obrigatório logo após o início do período de campanha oficial. Os autores hipotetizam que essa diferença contextual poderia ter levado os candidatos a investir mais na digitalização e profissionalização das suas campanhas como uma forma de superar os constrangimentos gerados pela pandemia no contacto direto com os eleitores.

Todavia, o MSSD enfrenta o problema *many variables, small N*.⁹ Para superar este constrangimento, Przeworski e Teune propõem um desenho de pesquisa alterna-

⁹O MSSD é aquilo que Lijphart (1975) considera como o próprio ‘método comparativo’.

tivo: o MDSD.¹⁰ Ao contrário do MSSD, no MDSD os casos são muito diferentes na maioria das suas características, exceto naquela que explica o fenómeno em análise. Ou seja, na principal variável independente, a que explica o efeito na variável dependente. Quanto maior a diferença entre as características dos casos, maior a probabilidade de ser explicativa a propriedade que lhes é comum.

Para facilitar a compreensão, veja-se a Tabela 4. Os nove países em análise são muito diferentes entre si. Diferem na forma de governo (monarquias e repúblicas), no sistema de governo (parlamentares, semipresidencialistas e presidencialistas), no sistema eleitoral (maioritário, misto e proporcional) e até na média de partidos que se candidatam a eleições. O que explica, então, o facto de três deles terem sistemas bipartidários (variável dependente) e outros não? A resposta é a única propriedade/variável comum aos três: terem um sistema eleitoral maioritário.

Note-se que a tabela 4 ilustra a aplicação da ‘lei de Duverger’. De acordo com esta teoria, independentemente de todas as outras características de cada sistema político, aqueles que têm sistemas eleitorais de representação maioritária tendem a gerar sistemas bipartidários, ao passo que sistemas eleitorais de representação proporcional favorecem a criação de sistemas multipartidários (ver Duverger, 1963, 217-239).

Um exemplo conhecido de aplicação do MDSD é a obra seminal de Theda Skocpol (1979) sobre as revoluções na França (1787-1789), Rússia (1917) e China (1911-1916). A politóloga analisa de que forma se deu a queda dos antigos regimes para dar lugar a novas formas de governo. Não só as revoluções tiveram lugar em períodos distintos, mas em sistemas muito diferentes, nos quais a maioria das suas características diferem. Skocpol argumenta que estas revoltas sociais aconteceram devido à sua única semelhança: o facto de o colapso do Estado e a revolução camponesa terem ocorrido em simultâneo.

¹⁰Por esta razão, Lijphart (1975) considera-o como análise estatística e não comparativa - uma perspectiva que não se tornou consensual.

Tabela 4: Exemplo (fictício) de aplicação do MDSD

País	Forma de governo	Sistema de governo	Sistema eleitoral	Partidos candidatos	Sistema partidário (VD)
A	Monarquia	Parlamentar	Maioritário	15	Bipartidário
B	República	Semipresidencialista	Misto	10	Multipartidário
C	Monarquia	Presidencialista	Proporcional	10	Multipartidário
D	República	Parlamentar	Proporcional	6	Multipartidário
E	Monarquia	Semipresidencialista	Misto	15	Multipartidário
F	República	Presidencialista	Maioritário	4	Bipartidário
G	Monarquia	Parlamentar	Misto	6	Multipartidário
H	República	Semipresidencialista	Maioritário	10	Bipartidário
I	Monarquia	Presidencialista	Proporcional	20	Multipartidário

Nota: VD = variável dependente.

fontesize Fonte: elaboração própria.

5.2 Como escolher o desenho comparativo

Como saber quando usar um ou outro? Sem prejuízo de outros critérios mais técnicos (para esses, ver Ankar, 2008) um é particularmente relevante: se o desenho de pesquisa é indutivo ou dedutivo. O MSSD é mais útil para estudos dedutivos, uma vez que as variáveis de controlo são mantidas em valores constantes, permitindo apenas a variação da variável independente de interesse. Foi o que fizeram Santana-Pereira et al. (2023), no seu estudo mencionado acima. A única variável independente cujos valores variam é o contexto pandémico em que ocorrem as campanhas (que não existe em 2016, mas existe em 2021). Assim, procuram ver se a mudança nessa variável independente gera alterações nas variáveis dependentes (digitalização e profissionalização das campanhas). Por oposição o MDSD aplica-se mais a estudos indutivos. Ao usar maioritariamente modelos de regressão estatística, que não permitem testar apenas o impacto de uma variável independente sem testar também o de todas as outras variáveis (independentes e/ou de controlo) incluídas no respetivo modelo, não mantém os seus valores constantes (Ankar, 2008). Noutras palavras, o MSSD serve mais para testar o efeito de x em y (exemplo de pergunta de investigação: a pandemia influencia a digitalização e profissi-

onalização das campanhas eleitorais?) e o MDSD serve para gerar teorias (exemplo: o que explica a digitalização e a profissionalização das campanhas eleitorais?).

Aqui chegados, é essencial sublinhar que também é possível combinar o MSSD com o MDSD. Por exemplo, Collier e Collier (1991) aplicam duas estratégias de comparação em oito países latino-americanos. Por um lado, estes países têm a mesma longevidade de história urbana, comercial e de transformações da esfera política, que ocorreram num contexto regional e cultural comum, ou seja, poderiam ser considerados apenas pelo MSSD. Por outro, têm contrastes ao nível do desenvolvimento socioeconómico, das características do movimento laboral, entre outros atributos políticos, cuja comparação seria do âmbito do MDSD. Por essa razão, fazem combinações de quatro pares de países que têm (cada um) similaridades e diferenças em dois níveis: políticas e socioeconómicas (ver explicação em Collier e Collier, 1991, 12-18).

De Meur e Berg-Schlosser (1994; 1996) fizeram o mesmo, dando à ciência política a mais sofisticada aplicação destes desenhos de investigação. Nos seus estudos sobre as condições para a sobrevivência das democracias, combinam sistemas que são diferentes, mas apresentam o mesmo resultado, e, por outro lado, sistemas que são similares, mas têm um resultado distinto. Apelidam-nos de *most different same outcome* (MDSO) e *most similar different outcome* (MSDO). Usam uma medida booleana para medir o grau de similaridade e diferença entre os seus 18 casos para fazerem uso de 63 variáveis a fim de determinar o que explica o autoritarismo, o fascismo e a democracia na Europa entre guerras. Com efeito, as medidas booleanas vieram abrir portas ao que muitos consideram como um caminho futuro do método comparativo, que discutimos na próxima secção.¹¹

¹¹Existem outras inovações que surgiram a partir dos anos 80. Não as desenvolvemos, uma vez que são alvo de tratamento próprio noutros capítulos desta obra (por exemplo, o de Riccardo Marchi sobre o método histórico-comparativo).

6 *Qualitative Comparative Analysis (QCA)*

A *Qualitative Comparative Analysis* (Análise Qualitativa Comparada) foi desenvolvida por Charles C. Ragin (2014). Durante as últimas décadas, proliferou consideravelmente na ciência política (Schneider e Wagemann, 2012; Marx, Rihoux, e Ragin, 2014; Oana, Schneider, e Thomann, 2021). Decorre do pensamento de John Stuart Mill e dos dois métodos de Przeworski e Teune (MSSD e MDSD). Schmitter considera-a como a inovação metodológica mais promissora do método comparativo (2009, 59-60).

Ainda que possa ser aplicada amostras grandes (*large N*), a QCA é principalmente utilizada para amostras de tamanho médio (*medium N*), que variam, normalmente, entre 10 e 50 casos. Noutras palavras, é especialmente útil quando o número de casos é grande para se fazer uso do método comparativo tradicional, mas pequeno para o método estatístico (ver Oana et al., 2021, 21 e ss.). O seu principal objetivo é “ultrapassar a divisão qualitativa-quantitativa” na aplicação do método comparativo (Ragin, 2014, xix), ou seja, entre aqueles que aplicam uma comparação qualitativa de um pequeno número de casos, e aqueles que procuram aumentar o número de casos para recorrer ao método estatístico.

Um recente exemplo da sua aplicação em ciência política é a investigação de Luca Manucci (2020). No seu livro, Manucci testa a força dos partidos populistas em 8 países da Europa Ocidental, entre 1990 e 2015, com base no tipo de memória coletiva que cada país detém face ao seu legado fascista. O autor usa uma análise QCA porque quer determinar por que razão os partidos populistas são bem sucedidos nuns países e noutros não. Por outras palavras, quer descobrir em que condições específicas (ou combinação de condições) os partidos populistas têm sucesso eleitoral. Testa, em primeiro lugar, a aceitação social dos discursos populistas como consequência dos fatores clássicos mencionados na literatura (ex.: desigualdade social, corrupção, desemprego e qualidade

da democracia). Em segundo lugar, testa o efeito do grau de estigma associado pelo passado fascista em cada país. As análises mostram que o fator decisivo é o estigma, e que os países que têm um forte estigma associado ao seu passado fascista (como a Alemanha) têm um nível muito mais baixo de aceitação social do populismo que os países com um baixo estigma ligado ao passado fascista (como a Áustria ou a Itália). Conclui, então, que, embora os clássicos fatores explicativos do sucesso populista (desigualdade social, corrupção, desemprego e a qualidade da democracia) possam explicar algumas das diferenças entre países, o estigma é um fator decisivo: um baixo nível de estigma face ao passado fascista facilita a aceitação social do populismo de direita e, conseqüentemente, o sucesso eleitoral dos partidos populistas de direita radical. Este tipo de análise numa amostra relativamente pequena, e com o objetivo de compreender que conjunto de condições causa um resultado específico (sucesso eleitoral do populismo de direita radical), só é possível utilizando a QCA.

Ao contrário do método comparativo tradicional e do método estatístico, a QCA maximiza o número de comparações que podem ser realizadas para o número de casos em análise. Ao tratar os casos como configurações de condições, permite ao investigador testar hipóteses (ou seja, relações de causalidade) através da inferência quantitativa, mesmo que utilizando menos casos que o método estatístico – algo que o MSSD não consegue. A ideia subjacente é simples: começa-se com um fenómeno, um facto, algo que se quer explicar – tanto no método comparativo como no método estatístico, esta seria a ‘variável dependente’, mas em QCA chama-se ‘resultado’ (ver Tabela 5). Para usar um exemplo, imaginemos que queremos compreender porque a maioria dos países europeus são membros da UE, mas alguns não o são. A pertença à UE seria o ‘resultado’.

Na essência, a QCA permite compreender qual a variável – ou a combinação de variáveis (condições) – que produz(em) um resultado específico (no nosso exemplo, a adesão à União Europeia). Os dados são ‘scores de pertença a conjuntos’ (*set-membership*).

Tabela 5: QCA e métodos ‘convencionais’. Comparação de elementos de desenhos de investigação

Métodos ‘convencionais’	QCA
Variáveis	Conjuntos
Medidas	Calibração
Variável dependente	Resultado (qualitativo)
Variáveis independentes	Condições
Populações ‘existentes’	Populações ‘construídas’
Correlações	Relações entre conjuntos
Matrizes de correlação	Tabelas de verdade

Fonte: adaptado de Rihoux e Ragin (2009), Ragin (2014 [1987]) e Verhoeven (2016). Tradução nossa.

Um conjunto pode ser, por exemplo, a pertença à União Europeia. Sendo Portugal é membro da União Europeia, faz parte do conjunto de membros da UE. Também pertence ao conjunto de membros da NATO, OCDE e ONU. Não pertence, contudo, ao conjunto dos membros da ASEAN, nem aos membros da UA, nem aos membros da OEA, apesar de vários destes serem membros da ONU.

As relações entre fenómenos sociais são estudadas como relações entre conjuntos (Schneider e Wagemann, 2012, 57), sendo que existem dois tipos de conjuntos em QCA: *crisp-set* e *fuzzy-set* (ver Tabela 6). Pense-se da seguinte forma: 19 Estados-Membros da UE utilizam o Euro como moeda, daí que a Zona Euro seja um subconjunto do conjunto de membros da UE. Portugal pertence tanto ao subconjunto como ao conjunto, enquanto a Polónia pertence apenas ao conjunto dos membros da UE, mas não ao subconjunto dos membros da Zona Euro. A Suíça, por exemplo, não pertence a nenhum dos subconjuntos.

A QCA determina a relação entre fenómenos utilizando dois conceitos – necessidade e suficiência (Marx et al., 2014, ver explicação em)¹² – e ilustra o resultado através de

¹²Deterministicamente falando, é necessária uma condição x ($\leftarrow$) para um resultado y se x também for dado sempre que y for dado (isto é, y implica x ; y é um subconjunto de x). É x suficiente ($\rightarrow$) para

Tabela 6: Tipos de QCA

<i>Crisp-set</i>	<i>Fuzzy-set</i>
Valores dicotômicos: 0 ou 1	Valores contínuos: entre 0 e 1 (crisp e fuzzy)
Os conceitos são binários.	Os conceitos são difusos (fuzzy).
Exemplo: ‘assinou a convenção de Viena’ (0=não; 1=sim), ‘membro da UE’ (0=não; 1=sim)	Exemplos: ‘países ricos’ (percentagem de PIB <i>per capita</i>) ou ‘democracias consolidadas’ (0,2 mais não do que sim; 0,8 mais sim do que não)

tabelas de verdade. Apresenta-se um exemplo na Tabela 7. Neste exemplo, os casos são países (Suíça, Finlândia, Áustria e Portugal) e o resultado é a adesão à UE. As três condições possíveis são as seguintes: A) ser membro da NATO; B) ter interesse económico em aderir à UE; e C) ter uma população pró-europeia (0=não; 1=sim). A tabela 7 apresenta todas as combinações possíveis entre condições (variáveis independentes) e o seu resultado. Desta forma, podemos determinar quais as condições suficientes para explicar a pertença à UE. Como podemos ver, apenas 4 das 7 filas de combinações potenciais estão efetivamente ‘ocupadas’ por casos reais (os quatro países). Além disso, podemos ver que, de todas as combinações possíveis, apenas a combinação das condições B e C (ter interesse económico em aderir à UE e ter uma população pró-europeia) levam ao resultado. Por outras palavras, é necessário tanto ter interesse económico, como uma população pró-europeia para aderir à UE. Este é um exemplo simplificado, mas ilustra como ler uma tabela de verdade.¹³

y se *y* também ocorrer sempre que *x* ocorrer (isto é, *x* implica *y*; e *x* também é um subconjunto de *y*) (Thomann e Maggetti, 2020). Por exemplo, nenhum país pode ser membro da UE sem ser uma democracia que respeite os direitos humanos. No entanto, nem todas as democracias são membros da UE – então, não é uma condição suficiente, mas é uma condição necessária. Por outras palavras, deve utilizar-se a QCA se quisermos saber quais as (combinações de) condições necessárias para que um resultado ocorra, e quais (combinações de) condições são suficientes para que um resultado ocorra (Verhoeven, 2016; Thomann e Maggetti, 2020).

¹³O exemplo também mostra que, às vezes, para se conseguir uma análise mais inclusiva, devem-se adicionar mais casos – países, neste exemplo – para, eventualmente, preencher as linhas em falta (os ‘remanescentes lógicos’, *logical remainders*), marcados a itálico na tabela 7. No entanto, nem sempre é possível eliminar os *logical remainders* (filas sem casos). Se não puderem ser preenchidos com casos reais, interpretam-se como não tendo qualquer prova empírica.

Tabela 7: Matriz de dados e tabela de verdade (exemplo fictício com dados *crisp-set*)

<i>Matriz de dados</i>					<i>Tabela de verdade</i>				
Casos	Condições			Resultado (Y)	Linha	Condições			Resultado (Y)
	A	B	C			A	B	C	
Suíça	0	0	1	0	1	0	0	0	0
Finlândia	1	1	0	0	2	0	0	1	0 CH
Áustria	0	1	1	1	3	0	1	0	0
Portugal	1	1	1	1	4	0	1	1	1 PL
					5	1	0	0	0
					6	1	0	1	0
					7	1	1	0	0 FIN
					8	1	1	1	1 PT

Notas: Formulação própria. Os valores a itálico representam logical remainders (ver nota de rodapé n.º 13).

Referências

- Anckar, C. (2008). On the applicability of the most similar systems design and the most different systems design in comparative research. *International Journal of Social Research Methodology*, 11(5), 389-401.
- Bartolini, S. (1993). On time and comparative research. *Journal of Theoretical Politics*, 5(2), 131-167.
- Berg-Schlosser, D., e De Meur, G. (1994). Conditions of democracy in interwar europe: A boolean test of major hypotheses. *Comparative Politics*, 26(3), 253-279.
- Caramani, D. (2020). Introduction to Comparative Politics. In D. Caramani (Ed.), *Comparative Politics* (5th ed., p. 1-18). Oxford: Oxford University Press.
- Collier, D. (1993). The comparative method. In A. Finifter (Ed.), *Political Science: The State of the Discipline II* (p. 105–119). Washington: APSA.
- Collier, R. B., e Collier, D. (1991). *Shaping the Political Arena: Critical Junctures, the Labor Movement, and Regime Dynamics in Latin America*. Nova Jérícia: Princeton University Press.
- Dalton, R. J. (1991). Comparative Politics of the Industrial Democracies: From the Golden Age to Island Hopping. In W. Crotty (Ed.), *Political science* (p. 15-43). Evanston: Northwestern University Press.

- De Meur, G., e Berg-Schlosser, D. (1996). Conditions of authoritarianism, fascism, and democracy in interwar Europe: Systematic matching and contrasting of cases for “small N” analysis. *Comparative Political Studies*, 29(4), 423-468.
- Duverger, M. (1963). *Political Parties: Their Organization and Activity in the Modern State*. Nova Iorque: Wiley.
- Geddes, B. (1990). How the cases you choose affect the answers you get: Selection bias in comparative politics. *Political Analysis*, 2, 131-150.
- Gerring, J. (2007). Is there a (viable) crucial-case method? *Comparative Political Studies*, 40(3), 231-253.
- Huntington, S. P. (1996). *The Clash of Civilizations and the Remaking of the World Order*. Nova Iorque: Simon e Schuster.
- King, G., Keohane, R. O., e Verba, S. (1994). *Designing Social Inquiry: Scientific inference in qualitative research*. Princeton: Princeton University Press.
- Lasswell, H. D. (1968). The Future of the Comparative Method. *Comparative Politics*, 1(1), 3-18.
- Lijphart, A. (1971). Comparative Politics and the Comparative Method. *American Political Science Review*, 65(3), 682-693.
- Lijphart, A. (1975). The comparable-cases strategy in comparative research. *Comparative Political Studies*, 8(2), 158-177.
- Mair, P. (2014). Concepts and Concept Formation. In D. Della Porta e M. Keating (Eds.), *Approaches and Methodologies in the Social Sciences* (p. 177-197). Cambridge: Cambridge University Press.
- Manucci, L. (2020). *Populism and Collective Memory: Comparing Fascist Legacies in Western Europe*. Nova Iorque: Routledge.
- Marx, A., Rihoux, B., e Ragin, C. (2014). The origins, development, and application of Qualitative Comparative Analysis: The first 25 years. *European Political Science Review*, 6(1), 115-142.
- Meckstroth, T. (1975). ‘Most Different Systems’ and ‘Most Similar Systems’. A Study in the Logic of Comparative Inquiry. *Comparative Political Studies*, 8(2), 132-157.
- Mill, J. S. (2012). *A System of Logic: Ratiocinative and Inductive*. Garsington: Benedicton Classics. (Original edition: 1843)
- Oana, I., Schneider, C., e Thomann, E. (2021). *Qualitative Comparative Analysis Using R: A Beginner’s Guide*. Cambridge: Cambridge University Press.

- Pasquino, G. (2005). *Sistemas Políticos Comparados*. Oeiras: Principia.
- Pennings, P., e Keman, H. (2014). Comparative Research Methods. In D. Caramani (Ed.), *Comparative Politics* (5th ed., p. 50-65). Oxford: Oxford University Press.
- Pennings, P., Keman, H., e Kleinnijenhuis, J. (2006). *Doing Research in Political Science: An Introduction to Comparative Methods and Statistics* (2nd ed.). Londres: Sage.
- Przeworski, A., Alvarez, R. M., Alvarez, M. E., Cheibub, J. A., Limongi, F., e Neto, F. P. L. (2000). *Democracy and Development: Political Institutions and Well-being in the World, 1950-1990*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Przeworski, A., e Teune, H. (1970). *The Logic of Comparative Social Inquiry*. New York: John Wiley.
- Ragin, C. (2014). *The Comparative Method: Moving Beyond Qualitative and Quantitative Strategies*. Oakland: University of California Press. (Original edition: 1987)
- Santana-Pereira, J., Ferrinho Lopes, H., e Nina, S. R. (2023). Sailing Uncharted Waters with Old Boats? COVID-19 and the Digitalization and Professionalization of Presidential Campaigns in Portugal. *Social Sciences*, 12(1), 45.
- Sartori, G. (1970). Concept Misformation in Comparative Politics. *American Political Science Review*, 64, 1033-1053.
- Sartori, G. (1991). Comparing and Miscomparing. *Journal of Theoretical Politics*, 3(3), 243-257.
- Sartori, G. (2005). *Parties and Party Systems: A Framework for Analysis*. Colchester: ECPR Press. (Original edition: 1976)
- Schmitter, P. C. (2009). The nature and future of comparative politics. *European Political Science Review*, 1(1), 33-61.
- Schneider, C. Q., e Wagemann, C. (2012). *Set-Theoretic Methods for the Social Sciences. A Guide to Qualitative Comparative Analysis*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Skocpol, T. (1979). *States and Social Revolutions: A Comparative Analysis of France, Russia, and China*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Smelser, N. (1976). *Comparative Methods in the Social Sciences*. Nova Jérĩa: Prentice-Hall.
- Thomann, E., e Maggetti, M. (2020). Designing Research with Qualitative Compara-

- tive Analysis (QCA): Approaches, Challenges, and Tools. *Sociological Methods e Research*, 49(2), 356-386.
- van der Heijden, J. (2014). Selecting Cases and Inferential Types in Comparative Public Policy Research. In I. Engeli e C. Rothmayr (Eds.), *Comparative Policy Studies: Conceptual and Methodological Challenges* (p. 35-56). Basingstoke: Palgrave.
- Verhoeven, M. (2016). A brief introduction to QCA. In M. B. von Rimscha, S. Studer, e M. Puppis (Eds.), *Methodische zugänge zur erforschung von medienstrukturen, medienorganisationen und medienstrategien* (p. 175–196). Baden-Baden: Nomos.